



Tese nº 3

Tema: Marco Regulatório – Plano de ação

Identificação: Articular a luta pelo Marco Regulatório com as demais lutas pela democratização da comunicação

Autoria: ARPUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil

À XVI Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)

ARTICULAR A LUTA PELO MARCO REGULATÓRIO COM AS DEMAIS LUTAS PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO.

1. Conteúdo, estratégia e tática da luta por um novo Marco Regulatório das Comunicações.

- Ao longo do ano de 2011 o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, deu inúmeras declarações confirmando que é intenção do Governo Federal propor um novo Marco Regulatório das Comunicações. Portanto, isso significa que vencemos a primeira ‘quebra de braço’ com os empresários conservadores do setor e seus órgãos de mídia comercial, que durante anos insistiram (e ainda insistem) em impedir que este debate fosse à frente, defendendo a esdrúxula tese de que qualquer forma de regulação da mídia significaria ‘censura’. E, o Ministro tem confirmado em suas declarações, que o Governo fará uma ampla ‘consulta pública’, antes de enviar seu projeto ao Congresso Nacional. Portanto, uma segunda vitória do nosso movimento, pois quanto mais houver ferramentas de participação social, mais democrático será o processo de construção deste novo Marco Regulatório das Comunicações. Mas, ao mesmo tempo, não podemos cair num otimismo exacerbado. Apesar do ex-ministro Franklin Martins (Secom) ter deixado uma proposta de anteprojeto pronta, a nova gestão do MiniCom entendeu que seria importante revisar e aperfeiçoar este trabalho. Por diversas vezes o ministro anunciou que a proposta do governo seria tornada pública, e isso ainda não aconteceu até agora, apesar de já estarmos no final de 2011. Esta demora do Governo Federal em publicizar sua proposta termina contribuindo para interditar o debate. Parece confirmar que o tema não está entre as prioridades do governo. A proposta de uma ‘mesa de diálogo’, feita pelo próprio Governo Federal, terminou sendo adiada. Em outras palavras, sem mobilização e pressão popular, corremos o risco do projeto ficar engavetado e a discussão não acontecer.
- A luta pelo novo Marco Regulatório das Comunicações no Brasil tende a ser o ‘carro-chefe’ de nosso programa de ação para este próximo período (2012-2013). Pela importância política que tem esta luta e seu possível resultado, com a possibilidade de um reordenamento jurídico para o setor, e por ser um ponto de convergência de inúmeras demandas específicas e setoriais de nosso movimento. Isso não significa que esta será a prioridade na agenda política dos poderes públicos, e muito menos dos empresários da comunicação. Dependerá da capacidade política dos setores não empresariais da sociedade civil de mobilizar o conjunto da população brasileira em torno desta luta.
- Sob o ponto de vista do conteúdo, nosso movimento está preparado para a disputa. A ‘Plataforma por um novo Marco Regulatório das Comunicações’, disponível no endereço eletrônico www.comunicacaodemocratica.org.br contém as formulações que nosso movimento conseguiu acumular ao longo destes 20 anos de luta, baseadas nas resoluções da I Confecom, aprofundadas no seminário que realizamos em maio deste ano, sistematizadas por comissão nacional de entidades, e aperfeiçoadas através de consulta pública, até chegarmos à sua formulação atual. Lançada no Dia Mundial de Democratização da Mídia, em 18 de outubro, e entregue formalmente na mesma data ao atual Ministro das Comunicações, ela é a nossa referência para esta disputa. Lá estão os objetivos e razões de porque o Brasil precisa de um novo Marco das Comunicações. Lá estão 11 princípios e 20 diretrizes que traduzem as principais demandas da sociedade civil não empresarial brasileira sobre este tema.

- O resultado final da construção deste novo Marco Regulatório não está dado. Ele dependerá da nossa capacidade de sensibilizar, conquistar e mobilizar milhões de brasileiros e brasileiras em torno dessas diretrizes. Popularizar esta Plataforma, traduzir em linguagem simples e direta essas demandas, capilarizar o movimento e dar visibilidade a esta luta, mostrar capacidade de interlocução, articulação e de negociação, mas principalmente de mobilização e de pressão popular, isso é o que dará a dimensão exata de até onde conseguiremos chegar. A recente experiência do povo argentino na construção e aprovação de sua ‘Ley de Medios’ mostra que só com muita mobilização popular conseguiremos alcançar nossos objetivos.
- Se o resultado final desta luta será uma única Lei Geral das Comunicações, ou será um conjunto de Leis que conformem em sua totalidade um novo Marco Regulatório das Comunicações, isto não é o mais importante. O importante é que este novo Marco Regulatório das Comunicações tenha coerência interna, que as eventuais Leis sejam complementares e respondam ao conjunto de desafios que estão colocados pela modernidade.
- O eixo central de nossa estratégia deve ser em torno da defesa da mais ampla liberdade de expressão e do direito à comunicação. O empresário da comunicação tentará repetir a mesma ‘cantilena’ de décadas, de que qualquer tentativa de ‘controle público’ significa ‘censura’. E ‘limitação à liberdade de expressão’. Sugerimos a combinação de três movimentos táticos complementares. O primeiro, empurrar para o colo do empresariado conservador a pecha de serem os verdadeiros defensores da censura. Porque foram aliados estratégicos dos militares, durante todo o período da ditadura militar de 1964-1985, compactuaram com o regime de força, apoiaram e aceitaram a censura em todas as suas dimensões (imprensa, arte, cultura), foram cúmplices das perseguições, prisões, torturas, exílios e assassinatos. Além disso, continuam praticando o pior tipo de censura, hoje, em seus órgãos de informação, ao controlarem as linhas editoriais de seus veículos, impondo o ‘pensamento único’, e impedindo a livre manifestação de opiniões e visões diferentes das suas, manipulando constantemente a informação. O segundo, mostrar que são as nossas propostas que efetivamente garantem a mais ampla liberdade de expressão, ao garantirem maior diversidade e pluralidade de ideias e opiniões, como acontece em todos os países democráticos onde existem leis e órgãos que regulam a mídia. Portanto, quanto mais e melhor diversidade, mais e melhor liberdade de expressão. Nós só queremos, para o Brasil, aquilo que todos os países democráticos do mundo já conquistaram. O terceiro, se para evitar a velha manipulação da informação que eles se acostumaram a fazer, for necessário nos adaptarmos taticamente ao momento, evitamos usar de forma abusiva a expressão ‘controle público’, que tanta urticária causa em nossos adversários de classe, e passarmos a utilizar mais a expressão ‘participação popular’. No fundo, o que nos interessa é que, ao final, tenhamos construído um novo Marco Regulatório das Comunicações que contenha várias ferramentas de participação popular.
- Por fim, não devemos ter nenhum prurido em usar a defesa da Constituição Federal de 1988, mostrando o absurdo que é não termos ainda regulamentado vários artigos referentes à comunicação, passados quase 24 anos de sua promulgação. Até porque, nos interessa, e muito, regulamentar temas como a proibição do monopólio/oligopólio, a regionalização da produção jornalística e cultural, a produção independente, entre outros temas. Mas, devemos deixar claro que queremos ir além daquilo que a Constituição já fala. Isso porque passaram-se 24 anos, o mundo mudou, estão aí as novas tecnologias e a convergência de mídias, e temos que ter propostas também para esses temas da modernidade.
- Reconhecer que a luta pelo novo Marco Regulatório das Comunicações deverá ser o ‘carro-chefe’ de nosso plano de ação para o próximo período não significa restringir toda nossa luta a esta frente. É necessário articulá-la com as demais lutas que conformam o conjunto do movimento pela democratização da comunicação, demonstrando capacidade para responder nas várias frentes, combinando estratégias e dialogando com diversos atores sociais. É o caso da luta pela Banda Larga, pelo Marco Civil da Internet, pelo fortalecimento da Comunicação Pública, pela defesa da Radiodifusão Comunitária, pela implementação dos Conselhos de Comunicação (municipais, estaduais e nacional), pela regulamentação da Publicidade para Crianças e Adolescentes, pelo fortalecimento da mídia alternativa (blogueiros progressistas e ALTERCOM), pela defesa da Classificação Indicativa, a implantação do rádio digital, entre várias outras lutas.

2. Propostas de Resoluções:

2.1. Marco Regulatório das Comunicações.

- Pressionar o MiniCom, utilizando várias ações e iniciativas (tuitaço, abaixo-assinado, audiência com o Ministro, matérias nos sites, blogs e redes sociais) para que o Governo Federal torne pública a sua proposta de Marco Regulatório das Comunicações, desobstruindo o debate e colocando o tema na agenda política do país. Garantir que haverá uma ampla consulta pública, antes de enviar qualquer projeto ao Congresso Nacional. Cobrar do MiniCom e da Secretaria Geral da PR a retomada da ‘mesa de diálogo’, suspensa unilateralmente pelo poder público após ter sido convocada.
- Organizar, em conjunto com o maior número possível de entidades da sociedade civil (filiadas ou não ao FNDC), uma ampla campanha nacional pela aprovação de um novo Marco Regulatório das Comunicações, que tenha como foco principal a popularização do tema, a sensibilização e mobilização de cidadãos e cidadãs de nosso país, pressionando os poderes públicos e criando as condições para a construção de amplas maiorias, e futura aprovação do projeto. Construir uma agenda de eventos/atividades da campanha (debates, audiências, eventos multimídias, passeatas, seminários, atos públicos, abaixo-assinados, dias de luta) que priorize a ida às ruas e a mobilização social da cidadania.
- Utilizar o mote desta luta para voltar a dar capilaridade ao movimento pela democratização da comunicação em todo o país, nos moldes do que aconteceu no processo de construção da I Confecom, agregando amplos setores sociais e novos atores políticos, fortalecendo o FNDC e seus comitês regionais, e atuando em conjunto com as frentes amplas pela liberdade de expressão e pelo direito à comunicação que existem em vários Estados.
- Articular com a FRENTECOM, no Congresso Nacional, na fase de tramitação do futuro projeto, uma estratégia comum que permita chegarmos à aprovação de nossas propostas (audiências públicas estaduais, costura de aliança parlamentar, disputa de relatoria, apresentação de emendas, cronograma de votação nas comissões e no plenário).
- Em relação à nossa proposta de ‘Plataforma para um novo Marco Regulatório das Comunicações’, disponível no endereço eletrônico www.comunicacaodemocratica.org.br, buscar ampliar ao máximo a sua divulgação, fortalecer a sua legitimidade conquistando o apoio de novas entidades, criar versões mais simples e em linguagem popular de seu conteúdo (cartilha, história em quadrinho, cordel) que ajudem a sensibilizar o tema para amplas camadas da população.

2.2. Plano Nacional de Banda Larga.

- Apoiar e participar ativamente da campanha ‘Banda Larga é um Direito Seu’. Continuar pressionando o Governo Federal para retomar a implementação do PNBL nos moldes em que foi formatado originalmente, buscando garantir uma banda larga de qualidade, barata e para todos. Defender a universalização deste serviço, com maior participação do poder público e consequente fortalecimento da Telebrás na condução do projeto. Denunciar o excesso de concessões feitas às operadoras de telefonia, como a retirada das metas de universalização do PMGU III. Cobrar a reativação do Fórum Brasil Conectado, com maior transparência e democracia interna.

2.3. Conselhos.

- Apoiar e incentivar a criação e implementação de Conselhos Estaduais e Municipais de Comunicação, com ampla participação popular, nos moldes do que já foi aprovado e está sendo implementado na Bahia, e se encontra em fase bastante avançada no Rio Grande do Sul. Articular com parlamentares progressistas a apresentação de PLs com este teor, nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Mobilizar a sociedade e suas entidades para pressionar os poderes públicos, em particular os poderes executivos, para aprovação e sanção desses PLs. Pressionar pela reativação do Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão

auxiliar do Congresso Nacional, desativado desde 2006, lutando para impedir que o empresariado manipule no sentido de ter sua representação supervalorizada no mesmo, e propondo um processo de negociação por sua nova composição feito de forma transparente e ouvindo toda a sociedade. Continuar lutando pelo Conselho Nacional de Comunicação, nos moldes da proposta aprovada na I Confecom, no âmbito do novo Marco Regulatório das Comunicações.

2.4. Radiodifusão Comunitária.

- Apoiar a luta da radiodifusão comunitária. Denunciar toda e qualquer forma de perseguição e criminalização das lideranças das rádios comunitárias pela ANATEL. Lutar por uma nova legislação (no âmbito do novo Marco Regulatório das Comunicações, ou através de PL próprio) que retire as limitações territoriais ou de potência das rádios comunitárias. Apoiar o aprofundamento da interlocução com o MiniCom, visando à agilização e transparência dos processos de legalização de outorgas, projetos de capacitação e outras iniciativas do gênero. Apoiar o pleito das TVs Comunitárias para terem acesso a canal aberto, na TV Digital, num dos canais da cidadania. Lutar para aprovar, no âmbito do novo Marco Regulatório das Comunicações, o Fundo Nacional de Apoio e Desenvolvimento da Mídia Comunitária.

2.5. Comunicação Pública.

- Lutar pelo fortalecimento da EBC e de seu papel de ‘espinha dorsal’ do sistema público nacional de comunicação. Apoiar o aperfeiçoamento e fortalecimento das ferramentas de participação social e de transparência de gestão, como o Conselho Curador, a Ouvidoria, as Audiências Públicas. Lutar pela liberação dos recursos da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública. Incentivar a construção das redes nacionais de comunicação pública (TVs e rádios), em articulação com todas as emissoras públicas estaduais e municipais. Cobrar a implantação do projeto do Operador Nacional de Rede do Sistema Público.

2.6. Comunicação Alternativa.

- Apoiar as várias experiências de comunicação alternativa, em particular o movimento dos blogueiros progressistas, que se articulam em todos os Estados, em nível nacional e internacional. Igualmente, fortalecer iniciativas como a da ALTERCOM (Associação de Empresas e Empreendedores de Comunicação).

2.7. Democratização da Internet no Brasil.

- Apoiar o fortalecimento do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e a aplicação da ‘Plataforma por uma Internet Livre, Inclusiva e Democrática’. Lutar pela aprovação no Congresso Nacional do Marco Civil da Internet no Brasil, impedindo a aprovação do PL 84/99, um verdadeiro AI-5 Digital, do Senador Eduardo Azeredo PSDB-MG).

2.8. Defesa da imagem das crianças, adolescentes, mulheres, negros e LGTBs na mídia.

- Denunciar todas as formas de discriminação e deturpação da imagem de crianças, adolescentes, mulheres, negros e LGTBs na mídia. Lutar pela regulamentação da publicidade responsável, proibindo a publicidade voltada para o público infanto-juvenil, e apoiando as campanhas com esse teor do Instituto Alana e da ANDI. Igualmente, apoiar as iniciativas das ONGs Mulher e Mídia e Rede de Mulheres na Comunicação.

2.9. Rádio Digital.

- Apoiar a iniciativa do MiniCom de retomar o debate sobre a implantação do rádio digital no Brasil, e exigir transparência durante o processo. Acompanhar os testes que estão sendo realizados com os padrões DRM e IBOC, em frequências de AM, FM e OC, que deverão ir até março de 2012. Cobrar do MiniCom amplo processo de discussão e consulta à sociedade antes de qualquer decisão sobre padrão a ser adotado no Brasil. Defender a possibilidade de agregar tecnologia nacional a qualquer padrão a ser escolhido.

ARPUB – ASSOCIAÇÃO DAS RÁDIOS PÚBLICAS DO BRASIL